



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão

IPECE

Informe

Nº 105 – Março de 2017

A Dinâmica Recente do Mercado de Trabalho no Ceará

ipece INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreira de Santana - Governador

Maria Izolda Cela - Vice Governadora

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Francisco de Queiroz Maia Júnior - Secretário

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto - Diretor Geral

Adriano Sarquis B. de Menezes - Diretor de Estudos Econômicos

IPECE Informe - Nº 105 - Março de 2017

Elaboração

Daniel Suliano (Analista de Políticas Públicas)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

Valores

Ética e transparência;

Autonomia técnica;

Rigor científico;

Competência e comprometimento profissional;

Cooperação interinstitucional e

Compromisso com a sociedade.

Visão

Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora - Cambéba

Tel. (85) 3101-3496

CEP: 60830-120 - Fortaleza-CE.

ouvidoria@ipece.ce.gov.br

www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe** disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Nesta Edição

Neste informe, foi feita uma análise do mercado de trabalho cearense no quarto trimestre de 2016 a partir de um comparativo nacional e da região Nordeste. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Destaca-se que a Taxa de Participação (TP) dos trabalhadores cearenses encontra-se 7 pontos percentuais (p.p.) abaixo em relação a taxa nacional, sendo parte desse diferencial resultante da menor oferta potencial de trabalhadores por razões demográficas (1,5 p.p.). Os demais 5,5 p.p. de diferença entre a taxa de atividade do Brasil com relação ao Ceará podem ser explicados por questões relacionadas às especificidades do mercado de trabalho cearense com relação ao comportamento do mercado de trabalho nacional.

Os dados referentes ao Nível de Ocupação e Nível de Desocupação revelam que o fluxo de pessoas que estavam fora da Força de Trabalho (FT) e migraram para FT pode ter sido determinante para a elevação do maior número de desempregados do Estado com base na População em Idade de Trabalhar no comparativo do quarto trimestre de 2015 para o quarto trimestre de 2016.

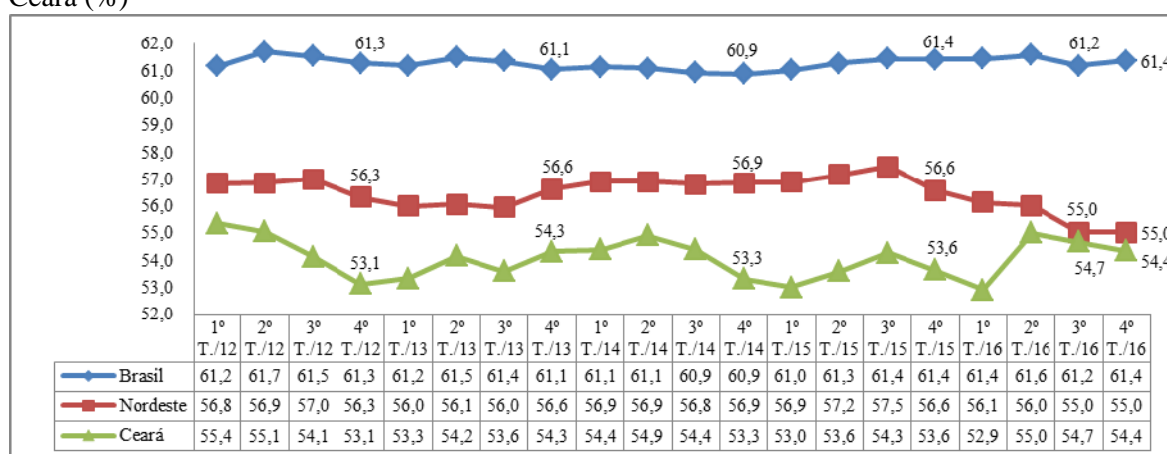
Ademais, nesse mesmo período, ocorreu deterioração dos rendimentos reais de todos os trabalhos no Ceará, o que parece determinante na busca de emprego e recomposição da renda familiar. Quanto a Taxa de Desemprego (TD), houve elevação de 3,0 p.p. e 3,4 p.p. do Brasil e do Ceará, respectivamente, no quarto trimestre de 2016, com relação ao quarto trimestre de 2015. Essa tendência de aumento do desemprego só ficou clara na virada do 4ºT de 2014 para o 1ºT de 2015, embora a recessão já houvesse se iniciado no início de 2014 com quedas do PIB trimestral nacional.

1. Mercado de Trabalho, Dinâmica Demográfica e Oferta de Trabalhadores

O objetivo deste documento é fazer uma análise do mercado de trabalho cearense a partir de um comparativo nacional e da região Nordeste. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Gráfico 1, a seguir, é apresentada a evolução da Taxa de Participação (TP), variável de cunho demográfico na qual descreve a dinâmica populacional entre a Força de Trabalho (FT) e a População em Idade de Trabalhar (PIT).

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Participação – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Dois pontos merecem destaque. Em primeiro lugar, pode-se observar que a TP (taxa de atividade) nacional varia de forma marginal ao longo da série histórica, mantendo-se praticamente estável desde o último trimestre de 2012 (61,3%) ao último trimestre de 2016 (61,4%). Na verdade, do 4ºT de 2015 ao 4ºT de 2016 a TP do Brasil manteve-se estável em 61,4%.

No Ceará, oscilações marginais têm provocado leves alterações na taxa de atividade cearense. Mais especificamente, observa-se que no quarto trimestre de 2015 53,6% da FT estava na PIT, saltando para 54,4% no quarto trimestre de 2016; ou seja, houve elevação de 0,8 ponto percentual (p.p.) do contingente de ocupados e desocupados na PIT no período de um ano, embora tenha apresentado uma leve queda do terceiro para o quarto trimestre de 2016 (de 54,7% para 54,4%).

É possível também haver um contingente de pessoas que estavam na FT procurando emprego e por uma série de razões podem acabar desistindo de procurar, tornando o que a literatura classifica como trabalhadores “desalentados” ou “em desalento”. Neste caso,

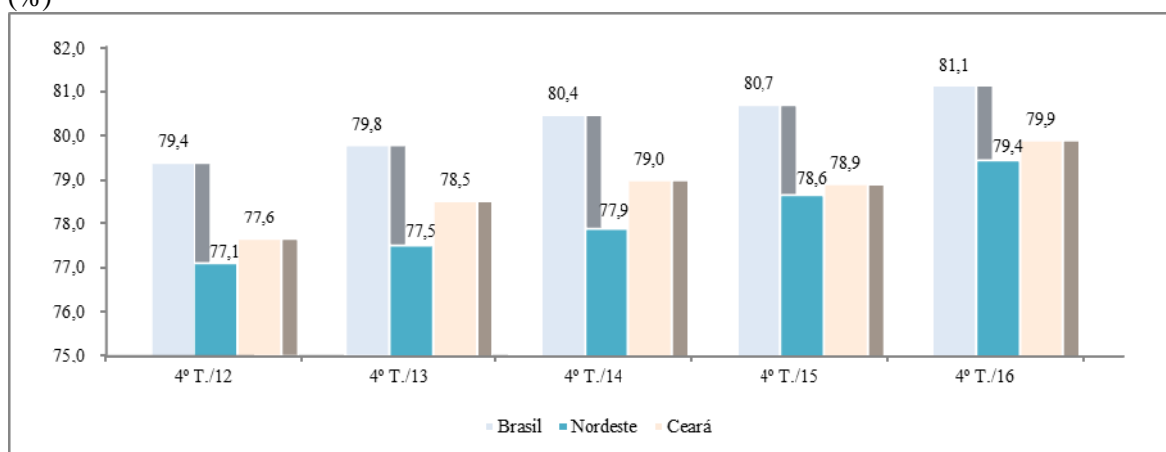
pessoas desencorajadas a não procurarem emprego acabam tornando-se dependentes de outros membros da família.

Por sua vez, existe ainda a possibilidade de pessoas se retirarem da força de trabalho passando a se dedicar mais aos estudos ou algum tipo de treinamento, ou mesmo outras atividades fora da força de trabalho de forma a não serem classificados na FT (isso reduziria o numerador da TP do Ceará em relação ao Brasil). Benefícios previdenciários e assistenciais também podem incentivar pessoas a se retirarem da Força de Trabalho.

Em segundo lugar, deve-se destacar que o *gap* entre as TP do Brasil e a do Ceará é de 7 p.p. no último trimestre de 2016, embora tenha havido redução nesse intervalo desde o último ano. De fato, no quarto trimestre de 2015 a diferença entre as taxas de atividade do Brasil e do Ceará era de 7,8 p.p.; no terceiro trimestre de 2016 era de apenas 6,5 p.p. elevando-se novamente no último trimestre deste ano.

Essa diferença da TP entre as áreas geográficas pode ser mais bem analisada sob a luz da oferta de trabalho (potencial de trabalhadores). De acordo com o Gráfico 2, neste quarto trimestre de 2016 81,1% da População Total (PT) do Brasil faz parte daqueles aptos a trabalhar (PIT), enquanto no Ceará essa razão é de apenas 79,6% (diferença de 1,5 p.p.); no quarto trimestre de 2015 essa diferença era 1,8 p.p.; no quarto trimestre de 2014 a diferença era de 1,4 p.p.

Gráfico 2: Potencial de Trabalhadores – 4º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Quando a PIT expande-se de forma mais acelerada que a PT o quantitativo de trabalhadores se eleva de forma mais acelerada que a população, ocasionando o bônus demográfico. Nesta situação, a oferta de trabalhadores da área geográfica em análise se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia.

De acordo com esses resultados, o diferencial entre as taxas de atividade do Brasil e do Ceará pode ser decorrente da dinâmica demográfica distinta entre elas. Embora o *gap* da oferta de trabalhadores entre as áreas tenha se reduzido no último ano (apenas 0,3 p.p.), o Ceará ainda apresenta uma quantidade proporcional maior de crianças com relação ao Brasil.

Portanto, parte da diferença dos 7 p.p. que separam as taxas de atividade do Brasil e do Ceará pode ser em decorrência de dois fatores: em primeiro lugar, a oferta de trabalhadores cearenses é 1,5 p.p. menor que a do Brasil por razões eminentemente demográficas (maior proporção de crianças no estado); em segundo lugar, parte desse diferencial pode ser resultante de pessoas que por alguma razão estejam fora da força de trabalho no Ceará.

Nesse contexto, os 5,5 p.p. de diferença entre a TP do Brasil com relação ao Ceará podem ser explicados por questões relacionadas às especificidades do mercado de trabalho cearense com relação ao comportamento do mercado de trabalho nacional ou mesmo incentivos assistenciais que levem as pessoas a deixarem a taxa de atividade.

Na PNADC existe um contingente de pessoas que estão Fora da Força de Trabalho (FFT), sendo elas classificadas na pesquisa como Força de Trabalho Potencial (FTP) ou Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP). Essa FTP, por sua vez, pode ser composta de pessoas que realizaram busca efetiva de trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência ou por pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência. Em um sentido amplo, a FTP ao ser adicionada a FT compõe a chamada Força de Trabalho Ampliada (FTA).

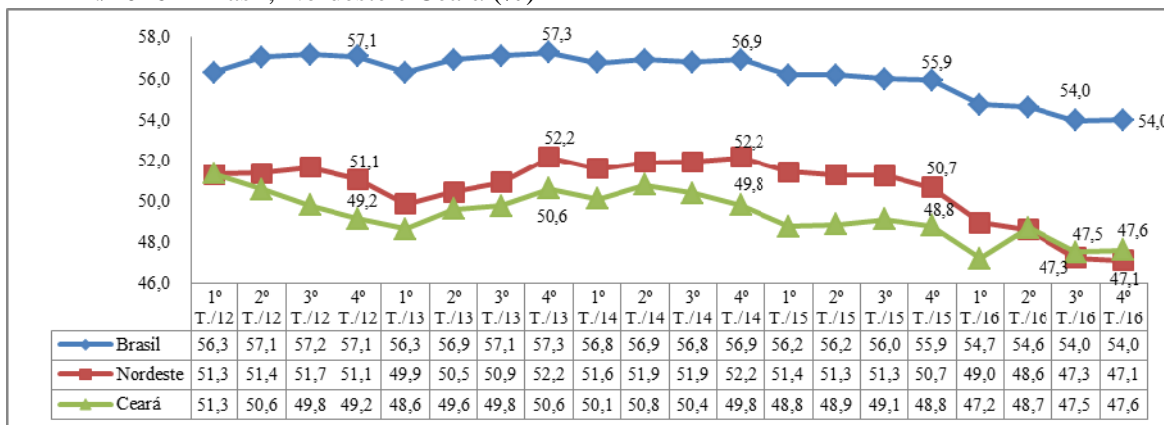
2. Dinâmica Ocupacional

Os Gráficos 3 e 4 apresentam, respectivamente, o Nível de Ocupação (NO) e o Nível de Desocupação (ND) para as três grandes áreas geográficas em análise (Brasil, Nordeste e Ceará).

No primeiro gráfico é observado no quarto trimestre de 2016 uma diferença de 6,4 p.p. entre o NO do Brasil e do Ceará, e uma diferença de apenas 0,7 p.p. no ND entre as duas áreas. Portanto, 5,7 p.p. a mais correspondem o quantitativo de ocupados do Brasil acima do Ceará.

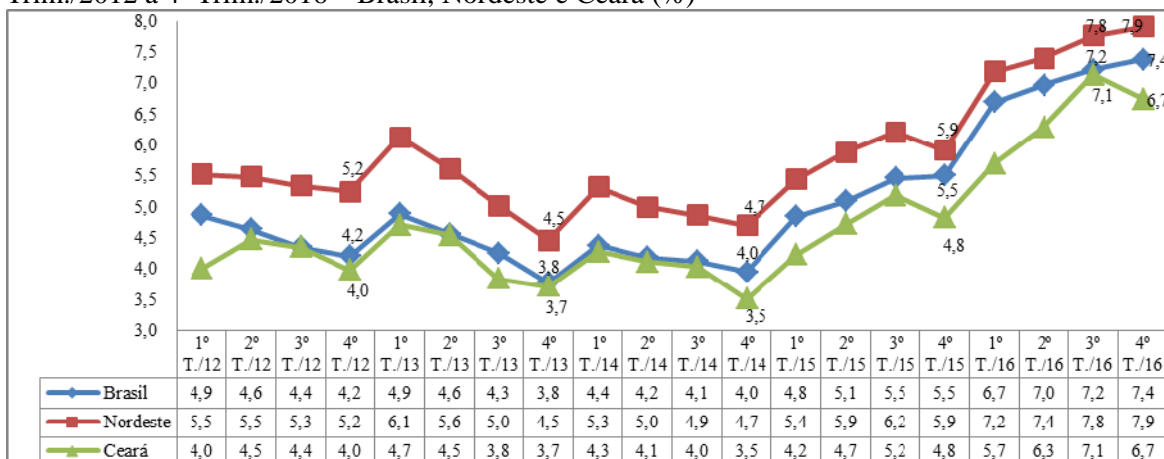
Como visto na seção anterior, desses 5,7 p.p., 1,5 p.p. se dá em razão do potencial de trabalhadores, já que no Ceará parte da estrutura demográfica é composta por uma menor oferta de trabalho (menor População em Idade de Trabalho).

Gráfico 3: Nível de Ocupação da População na População em Idade de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Gráfico 4: Nível de Desocupação da População na População em Idade de Trabalho – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Pode-se também destacar que o NO do Brasil foi reduzido em 1,9 p.p. do 4ºT de 2015 para o 4ºT de 2016, enquanto nesse mesmo período o ND aumentou 2,0 p.p. (Gráfico 4). Portanto, a queda do ND foi levemente maior que o NO (0,1 p.p. líquidos de aumento do ND).

Para esse mesmo período, o Ceará reduziu o NO em 1,2 p.p. ao sair de 48,8% para 47,6%; já o ND se elevou em 1,9 p.p. Similar ao Brasil, no Ceará, a queda do NO foi menor que o aumento do ND (no Ceará 0,7 p.p. líquidos de aumento do ND). Esses resultados para ambas as áreas geográficas revelam que não somente a destruição de empregos elevou o

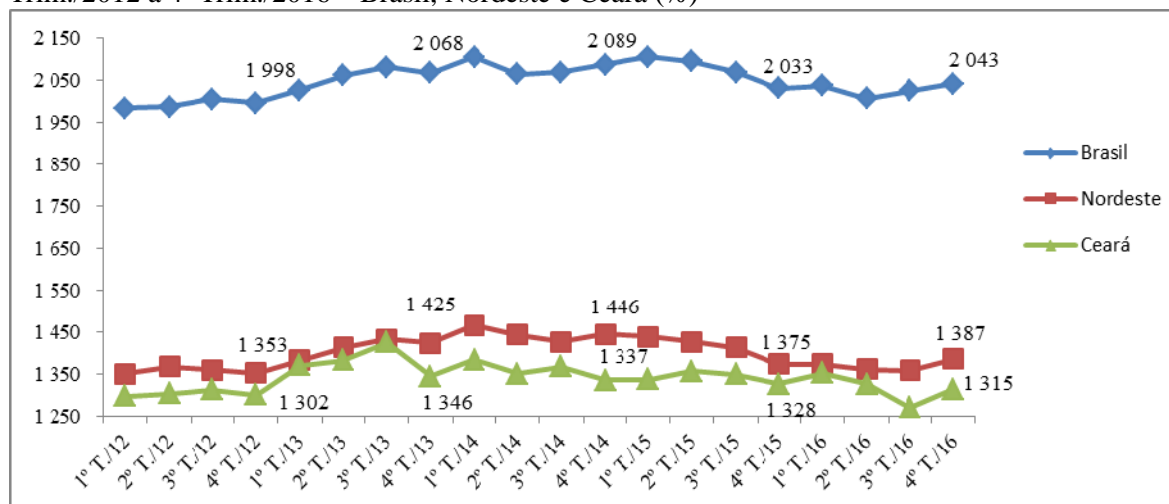
número de desempregados como também houve uma maior intensidade de procura por empregos.

No caso do Ceará, esse resultado coaduna com o aumento da taxa de atividade observada na seção anterior. Como visto, a taxa de atividade cearense se elevou 0,8 p.p., resultado muito próximo do aumento dos desocupados em relação aos ocupados a partir da população cearense em idade de trabalhar.

O que os dados referentes ao Nível de Ocupação e Nível de Desocupação sugerem é que o fluxo de pessoas que estavam Fora da Força de Trabalho e migraram para dentro da Força de Trabalho pode ter sido determinante para a elevação dos desempregados tendo como base a População em Idade de Trabalhar, principalmente no Ceará.

Adicionalmente, o Gráfico 5 destaca que houve uma deterioração dos rendimentos reais de todos os trabalhos no Ceará desde o quarto trimestre de 2013. No Brasil, tem havido oscilações entre ganhos e perdas ao longo da série histórica. Essa perda de renda familiar pode ser um dos determinantes para o refluxo de trabalhadores na Força de Trabalho cearense na busca por empregos para recomposição ou complementação da renda familiar.

Gráfico 5: Rendimento Médio de Todos os Trabalhos Habitualmente Recebido por Mês – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



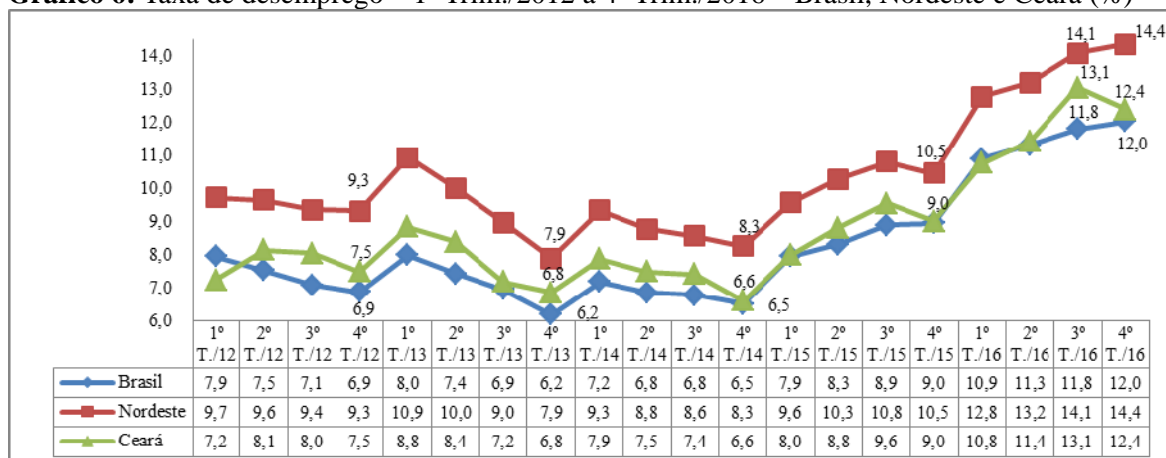
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

3. Taxa de Desemprego e Taxa Combinada de Desocupação e da Força de Trabalho Potencial

No Gráfico 6 é apresentada a Taxa de Desemprego (TD), também denominada de taxa de desocupação. Em vista do quadro recessivo na economia nacional, a TD tem refletido todos esses aspectos conjunturais, além de outros aspectos estruturais e sazonais da atividade econômica.

Como destaque para o componente estrutural, ele pode ocorrer de pessoas antes classificadas fora da Força de Trabalho migrarem para dentro dela, sendo, então, classificadas como procurando emprego na semana de referência; por sua vez, pode vir a ocorrer também de aqueles que estavam procurando emprego migrem para fora da Força de Trabalho.

Gráfico 6: Taxa de desemprego – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Adicionalmente, a extensão da crise econômica pode de tal modo contaminar parte da estrutura econômica fazendo com que pessoas já aposentadas tendam a retornar a busca por emprego, ou mesmo outros membros da família que estavam fora da força de trabalho passem a se inserir dentro dela no intuito de manter o poder de compra do domicílio. Essa mudança de comportamento tende a exacerbar ainda mais os desocupados, caso não haja preenchimento de vagas ou algum tipo de ocupação por parte dos novos entrantes.

Existe também a possibilidade de estudantes que completaram seu treinamento ou concluíram alguma etapa do ciclo escolar tenderem a se incorporar na FT. De fato, de 2010 a 2013 o Programa de Crédito Educativo para Nível Superior (FIES) foi amplamente estendido, o que pode ter levado muitos indivíduos a estarem fora da Força de Trabalho Potencial dedicando-se exclusivamente aos estudos. Certamente, em algum momento esse contingente de pessoas tende a se inserir no mercado de trabalho.

Finalmente, a partir de determinada Taxa de Desocupação, o desemprego pode se elevar em razão de parte da FT (ocupados, no caso) migrar para fora da Força de Trabalho, como trabalhadores conta-própria que encerram suas atividades ou mesmo aposentados ou até mesmo pessoas que estavam apenas ocupadas por insuficiência de horas.

Como visto acima, a queda do Nível de Ocupação foi menor que o aumento do Nível de Desocupação tanto no Brasil como no Ceará. No Ceará, a taxa de atividade também se

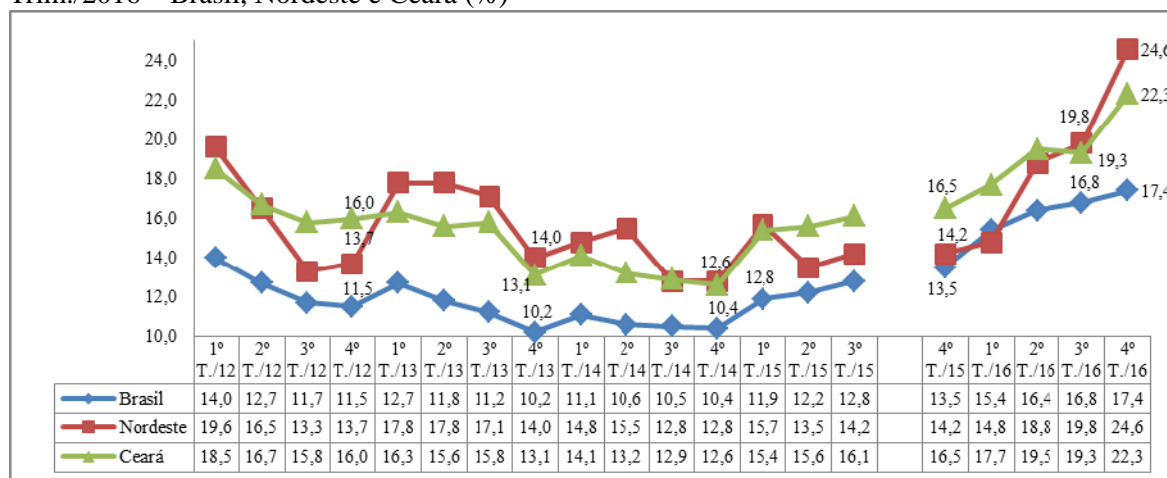
elevou do quarto trimestre de 2015 para o quarto trimestre de 2016. Esse maior influxo é também observado no Gráfico 6. De acordo com a PNADC, do 4ºT de 2015 para o 4ºT de 2016 a Taxa de Desemprego do Brasil e do Ceará cresceram, respectivamente, 3,0 p.p. e 3,4 p.p.

Essa tendência de aumento do desemprego só ficou clara na virada do 4ºT de 2014 para o 1ºT de 2015, embora a recessão já houvesse se iniciado no início de 2014 com quedas e estagnação do PIB trimestral nacional. Convém destacar, ainda, que do terceiro para o quarto trimestre de 2016 o Brasil ainda elevou em 0,2 p.p. sua TD, saltando de 11,8% para 12%, enquanto o Ceará reduziu de 13,1% para 12,4%.

A PNADC também apresenta outros indicadores que medem a subutilização da Força de Trabalho (FT). De acordo com o IBGE, a subutilização da Força de Trabalho (*labour underutilization*) complementa a Taxa de Desemprego, fornecendo, dessa forma, uma melhor estimativa da demanda por trabalho em ocupação (*employment*).

No Gráfico 7 seguinte é apresentada a Taxa Combinada de Desocupação e da Força de Trabalho Potencial, uma das medidas de subutilização da Força de Trabalho. Assim como a TD, houve uma ampliação dos desocupados e da força de trabalho potencial na virada do 4ºT de 2014 para o 1ºT de 2015. Deve-se também considerar que a partir do quarto trimestre de 2015 na medida de subutilização da força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas o IBGE passou a adotar as horas habitualmente trabalhadas, ao contrário das horas efetivamente trabalhadas, essas últimas utilizadas até o terceiro trimestre de 2015.

Gráfico 7: Taxa Combinada de Desocupação e da Força de Trabalho Potencial – 1º Trim./2012 a 4º Trim./2016 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Elaboração: IPECE.

Quando se analisa esse indicador mais amplo de insuficiência de demanda por trabalho, observa-se que do terceiro para o quarto trimestre de 2016 houve uma elevação de 3,0 p.p. da Taxa de Combinada de Desocupação, o que revela a possibilidade de o desemprego a partir da TD no Estado ter se reduzido por aqueles que se ocuparam por insuficiência de horas. De fato, no Gráfico 6 anterior pode-se observar que a elevação do desemprego no Ceará, que vem ocorrendo desde do 1ºT de 2015, tem sido persistente, e é difícil deduzir pelos resultados do nível de ocupação entre esses dois trimestres analisados se o regime de contratação do Estado começou a se intensificar.

4. Considerações Finais

O quadro geral revela que o desemprego é a face mais perversa da crise econômica brasileira na medida em que atinge a geração de empregos e eleva a Taxa de Desocupação. Diante desse quadro, formuladores de política econômica tomaram medidas de curto prazo no intuito de acelerar o crescimento econômico, embora não devam atingir de forma imediata a geração de empregos. Aliado a medidas de longo prazo no âmbito das reformas estruturais, a partir da PEC que limita os gastos do governo e uma reforma previdenciária, espera-se que a recuperação da confiança dos agentes econômicos venha ao menos estabilizar o crescimento do desemprego nos próximos trimestres.

Entre as medidas de curto prazo, destaca-se o saque de contas inativas do FGTS, ampliação de linhas de crédito no BNDES para pequenas e médias empresas e regularização de questões tributárias. A médio e longo prazo, além das propostas de emendas constitucionais acima citadas, destaca-se a extinção de forma gradual da multa do FGTS para demissões sem justa causa, flexibilização das leis trabalhistas e a terceirização de atividades meio na produção.

No lado da política monetária, o Banco Central já iniciou um ciclo de redução da taxa de juros e a inflação parece começar a convergir para a meta oficial, mesmo diante de uma enorme inércia inflacionária. Nesse contexto, o mercado já projeta uma taxa de juros de menos de dois dígitos, o que abre um enorme espaço para maior queda da Selic e estímulo da atividade econômica, rebatendo diretamente no estímulo aos empregos.

Glossário:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) – Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) iniciada em 2012 para todo território nacional. A PNADC substitui a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no que tange as estatísticas do mercado de trabalho.

Taxa de Participação (TP) – A TP representa a razão entre a Força de Trabalho (FT) com relação à População em Idade de Trabalhar (PIT). A PIT na PNADC é definida para as pessoas de 14 anos ou mais de idade na semana de referência. A TP pode também ser denominada de taxa de atividade.

Potencial de Trabalhadores – Razão entre a População em Idade de Trabalhar (PIT) e a População Total (PT).

Força de Trabalho – Pessoas Ocupadas + Pessoas Desocupadas na semana de referência.

Pessoas Ocupadas – São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a 4 meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas as pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a 4 meses.

Pessoas Desocupadas – São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que

estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.

Bônus Demográfico – Situação na qual a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Nesta situação, há um grande contingente da população em idade produtiva (População em Idade de Trabalhar – PIT) e um menor número de idosos e crianças, que estão fora do mercado de trabalho. O Brasil encontra-se na fase final do seu bônus demográfico em razão da redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida. As estimativas para o encerramento do bônus demográfico brasileiro é por volta de 2024.

Trabalhadores desalentados ou em desalento – Pessoas que desistiram de procurar emprego na semana de referência.

Fora da Força de Trabalho (FFT) – Força de Trabalho Potencial (FTP) + Fora da Força de Trabalho Potencial (FFTP).

Força de Trabalho Potencial (FTP) – Conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em Força de Trabalho (FT). Esse contingente é formado por dois grupos: 1. Pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência; 2. Pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência.

Força de Trabalho Ampliada (FTA) – Força de Trabalho (FT) + Força de Trabalho Potencial (FTP), na semana de referência.

Taxa Combinada de Desocupação e da Força de Trabalho Potencial – Desocupados (D) + Força de Trabalho Potencial (FTP) dividido pela Força de Trabalho Ampliada (FTA).